

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)**

Requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Minas e Energia, o Embaixador do Brasil na Bolívia e o presidente da Petrobras Netherlands BV, para prestar esclarecimentos sobre a expropriação dos investimentos brasileiros naquele país no setor de petróleo e gás.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização de reunião de audiência pública, com a presença do Ministro de Minas e Energia, o Embaixador do Brasil na Bolívia e o presidente da Petrobras Netherlands BV, cuja subsidiária é a Petrobras Bolívia Refinación, para prestar esclarecimentos sobre os investimentos brasileiros naquele país, bem como as conseqüências decorrentes das ações do Governo do Sr. Evo Morales.

JUSTIFICAÇÃO

Em abril de 2006 a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou um requerimento que solicitava a presença da então ministra de Minas e Energia, Sra. Dilma Rousseff, o embaixador do Brasil na Bolívia e o presidente da Petrobras Bolívia, para debater o risco político pelo então novo governo do Sr. Evo Morales e o aumento dos valores de royalties pelo gás natural, apesar do maciço investimento feito pelo povo brasileiro. Ressaltemos que a então ministra não veio ao debate feito nesta comissão.



8D3D184A14

A partir do aumento dos royalties a Bolívia fez uso da força do Exército para encampar as unidades da Petrobras na Bolívia e ainda a nacionalização das refinarias, com evidente prejuízo ao Brasil e aos milhares de investidores da Petrobras, principalmente os trabalhadores que aplicaram parcelas do FGTS nesta empresa.

A tibieza com que o governo federal, dirigido pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, trata o tema "Bolívia - Petrobras" faz com que o governo boliviano pretenda deixar de pagar o valor correto pelos nossos investimentos naquele país, deixando-nos refém de um governo populista e com intenções de usar os investimentos brasileiros como puro marketing político do governo 'pseudo-socialista' do Sr. Evo Morales.

Como a questão judicial ou de arbitragem internacional será promovida pela unidade 'off shore' da Petrobras na Holanda, seguindo as regras do Mercado Comum Europeu, é fundamental que a Comissão questione a postura da empresa e os consequentes prejuízos que poderão advir tanto no abastecimento de gás para o Brasil como na recuperação do patrimônio dos investidores da empresa Petrobras, aplicados na Bolívia.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2007

LUIZ CARLOS HAULY
Deputado Federal (PSDB-PR)



8D3D184A14